

**SOMUPP**

**SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE  
PREVIDÊNCIA PRIVADA**

**RELATÓRIO ANUAL DE  
INFORMAÇÕES**

**2.018**



São Paulo, 12 de março de 2.019  
SOMUPP-011/19

**REF.: RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES DE 2.018 (RAI/2018)**

Prezado(a) Assistido/Pensionista:

Junto com esta correspondência, estamos enviando a V.Sa. o Relatório Anual de Informações de 2.018 (RAI/2.018).

Lembramos que a administração da Entidade está à disposição de V.Sa. para prestar os esclarecimentos complementares que forem necessários, bastando entrar em contato pelo telefone, fax, e-mail, correios ou pessoalmente na Sede da SOMUPP.

Na eventualidade de vir pessoalmente na Sede da SOMUPP, solicitamos a fineza de telefonar previamente para agendar a visita e, com isso, evitar eventuais desencontros.

Solicitamos a fineza de preencher, assinar e devolver o Protocolo à SOMUPP, usando o **envelope endereçado e selado, bastando colocá-lo na caixa dos Correios.**

Agradecemos antecipadamente pelas atenções e providências, lembrando que a SOMUPP deverá apresentar à eventual fiscalização os comprovantes de entrega do RAI/2.018 para os seus assistidos e pensionistas, tomando imprescindível que todos os Assistidos/Pensionistas devolvam o Protocolo devidamente assinado.

Atenciosamente,

SOMUPP - Sociedade Multipatrocinada  
de Previdência Privada



NELSON OHARA  
Diretor Superintendente

**Í N D I C E**

1. Expediente SOMUPP-011/19, de 12/03/19.....	pag. 2
2. Índice.....	pag. 3
3. Relatório de Atividades de 2.018.....	pag. 4 e 5
4. Parecer dos Auditores Independentes Exercício 2.018 .....	pag. 6 a 9
5. Balanços Patrimoniais em 31/12/2.018 e 31/12/2017 .....	pag. 10
6. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social .....	pag. 11
7. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios .....	pag. 12
8. Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios .....	pag. 13
9. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada .....	pag. 14
10. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios .....	pag. 15
11. Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis em 31/12/2.018 e 2.017 .....	pag. 16 a 22
12. Parecer Atuarial Exercício 2.018 .....	pag. 23 a 31
13. Parecer do Conselho Fiscal Exercício 2.018 .....	pag. 32
14. Parecer do Conselho Deliberativo Exercício 2.018 .....	pag. 33
15. Informações Relativas à Política de Investimentos de 2.019/23 .....	pag. 34 a 38
16. Resumo das Informações Sobre o Demonstrativo de Investimentos - 2.018 .....	pag. 39
17. Informações Segregadas de Despesas do Plano de Benefícios - 2.018 .....	pag. 40

## SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

### RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2.018

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para conhecimento das Patrocinadoras e dos Assistentes e Pensionistas, o Relatório de Atividades, relativo ao exercício de 2.018, incluindo os Balanços Patrimoniais em 31/12/18 e 31/12/17, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, as Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2.018 e 2.017, o Parecer Atuarial e Demonstração Atuarial, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, o Parecer do Conselho Deliberativo, as Informações Relativas à Política de Investimentos de 2.019/23, o Relatório Resumo das Informações Sobre o Demonstrativo de Investimentos de 2.018 e as informações Segregadas de Despesas do Plano de Benefícios de 2.018.

#### 1. RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

Conforme a Política de Investimentos em vigor, no decorrer do ano de 2.018, os investimentos da Entidade continuaram concentrados em Renda Fixa.

Os resultados obtidos nos investimentos em renda fixa e em imóveis, permitiu que a Entidade cumprisse os compromissos atuariais.

#### 2. RENTABILIDADES POR SEGMENTO

##### 2.1. RENDA FIXA

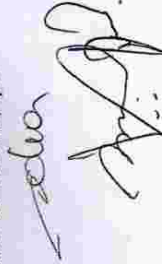
No Segmento de Renda Fixa obtivemos rentabilidade nominal no exercício de 6,29%.

##### 2.2. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A rentabilidade no Segmento de Imóveis foi de 10,62%, decorrente da reavaliação trienal.

##### 2.3. RENTABILIDADE GLOBAL

A rentabilidade global no exercício de 2.018 foi de 6,29%. O benchmark, ou seja, a meta de rentabilidade, correspondeu, no exercício de 2.018, à variação do IPCA/IBGE de 3,75%, acrescida da taxa de juros da meta atuarial de 4,39% ao ano, no período de janeiro a novembro de 2.018, e de 4,19% no mês de dezembro de 2.018, totalizando 8,21%, superior à rentabilidade global de 6,29%. Devido às características especiais da massa de assistidos da Entidade, que apresenta idade média em torno de 82 anos, o aumento das reservas matemáticas no exercício de 2.018 foi de apenas 1,09%, bem inferior aos 8,21% da meta atuarial. Diante dessa circunstância, a Entidade vem investindo majoritariamente em Letras Financeiras do Tesouro, que



tem a garantia do governo federal e apresentam rentabilidade em torno da taxa Selic, atualmente em 6,5%, que tem sido suficiente para a cobertura dos compromissos atuariais, com o intuito de manter a liquidez do Plano e evitar as oscilações do mercado. A administração da Entidade acompanha com atenção os desdobramentos da política econômica do governo federal, para adequar a Política de Investimentos às mudanças de cenários, tanto a nível nacional como internacional.

#### 3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstramos, a seguir, as variações ocorridas nos saldos das principais contas, no período de 2.018/2.017:

CONTA	2.018	2.017	(%)
Ativo Total	278.775	280.455	-0,60
Provisões Matemáticas	71.480	70.707	1,09
Reserva de Contingência	12.702	12.784	-0,64
Fundo Administrativo	20.853	22.955	-9,16
Fundo Previdenciais	147.206	151.170	-2,62

Unidade: R\$ 1.000,00

#### 4. DESPESAS PREVIDENCIAIS

No exercício de 2.018 foram pagos aos assistidos R\$ 16.075 mil, sendo R\$ 6.161 mil a título de Benefícios de Prestação Continuada (Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço, por idade, por invalidez, pensão e Abono Anual) e R\$ 9.914 mil, a título de Benefício Temporário, relativa à distribuição dos superávits acumulados dos triênios de 2.011/13 e 2.014/16.

#### 5. AGRADECIMENTOS

No encerramento de mais um exercício social, expressamos os nossos agradecimentos pela confiança e apoio recebidos dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, dos colaboradores, Dirigentes das Patrocinadoras e dos Assistentes e Pensionistas, bem como o nosso reconhecimento à valiosa colaboração prestada pelo quadro funcional da Entidade e pelos prestadores de serviços, possibilitando o pleno cumprimento de nossas obrigações.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2.019



NELSON OHARA  
Diretor Superintendente



DERIVALDO LOUWEIRA SOUZA  
Diretor de Seguridade



RICARDO MITSUO OYAGAWA  
Diretor Administrativo

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

À Diretoria  
SOMUPP – SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da SOMUPP – SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações da mutuação do patrimônio social, demonstrações das mutuações do ativo líquido por plano de benefícios, demonstrações do ativo líquido por plano de beneficiários, as demonstrações do plano de gestão administrativa consolidado e demonstrações das provisões técnicas do plano de benefício para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOMUPP – SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, porém em razão da entidade não estar obrigada a publicar este relatório, este relatório não é elaborado e consequentemente, não acompanha as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, concluir, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.

**COKINOS & ASSOCIADOS**  
Auditores Independentes S/S  
CRC-2SP 15.753/O-0  
Registro CVM n.º 7.739

**RENE CECCACCI**  
Contador  
CRC-1SP141697/O-7

SOMUUP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada  
 Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98

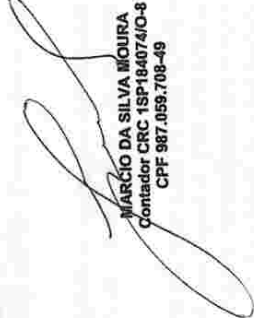
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

ATIVO		PASSIVO		R\$ MIL	
Exercício 2018	Exercício 2017	Exercício 2018	Exercício 2017	Exercício 2018	Exercício 2017
<b>DISPONIVEL</b>	23			498	435
<b>REALIZAVEL</b>	278.734	280.411		311	256
Gestão Previdencial	647			187	179
Gestão Administrativa	1				
Investimentos	278.086	280.410		16.470	3.344
Fundos de Investimento	277.460	279.771		16.470	3.344
Investimentos Imobiliários	626	639			
<b>PERMANENTE</b>	19	24		261.808	276.676
Imobilizado	19	24		93.749	102.551
				71.480	70.707
				71.480	70.707
				22.269	31.844
				22.269	31.844
				22.269	31.844
				168.059	174.125
				147.206	151.170
				20.853	22.955
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>278.776</b>	<b>280.455</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>278.776</b>	<b>280.455</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

  
 NELSON OHARA  
 Diretor Superintendente  
 CPF 046.757.468-53

  
 MARCIO DA SILVA MOURA  
 Contador CRC 1SP184074/O-8  
 CPF 987.059.708-49

SOMUUP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada  
 Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP


C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

DESCRICAÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	R\$ mil Variação %
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>276.676</b>	<b>268.823</b>	<b>2,92%</b>
<b>1. Adições</b>	<b>17.145</b>	<b>26.070</b>	<b>-34,23%</b>
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	15.788	23.820	-33,72%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.357	2.250	-39,69%
<b>2. Destinações</b>	<b>-32.013</b>	<b>-18.217</b>	<b>75,73%</b>
(-) Benefícios	-16.074	-11.464	40,21%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-12.480	-3.344	273,21%
(-) Despesas Administrativas	-3.459	-3.409	1,47%
<b>3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>-14.868</b>	<b>7.853</b>	<b>-289,33%</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	773	-2.206	-135,04%
(+/-) Fundos Previdenciais	-3.964	65.361	-106,06%
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	-9.575	-54.143	-82,32%
(+/-) Fundos Administrativos	-2.102	-1.159	81,36%
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>261.808</b>	<b>276.676</b>	<b>-5,37%</b>


As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

  
 NELSON OHARA  
 Diretor Superintendente  
 CPF 046.757.468-53

  
 MARCIO DA SILVA MOURA  
 Contador CRC 1SP184074/O-8  
 CPF 987.059.708-49

DESCRICAÇÃO	R\$ mil		Exercício 2017	Exercício 2018	Variação %
	Exercício 2017	Exercício 2018			
<b>1. Ativos</b>			<b>280.276</b>	<b>278.589</b>	<b>-0,60%</b>
Disponível	0	19			0,00%
Receível	22.955	21.500			-6,34%
Investimentos	257.321	257.070			-0,10%
Fundos de Investimento	256.682	256.444			-0,09%
Investimentos Imobiliários	639	626			-2,03%
<b>2. Obrigações</b>			<b>3.600</b>	<b>16.781</b>	<b>366,14%</b>
Operacional	256	311			21,48%
Contingencial	3.344	16.470			392,52%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>			<b>22.955</b>	<b>20.853</b>	<b>-9,16%</b>
Fundos Administrativos	22.955	20.853			-9,16%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>			<b>253.721</b>	<b>240.955</b>	<b>-5,03%</b>
Provisões Matemáticas	70.707	71.480			1,09%
Superávit	31.844	22.269			-30,07%
Fundos Previdenciais	151.170	147.206			-2,62%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

  
NELSON OHARA  
Diretor Superintendente  
CPF 046.757.468-53


  
MARCIO DA SILVA MOURA  
Contador CRC 1SP184074/O-8  
CPF 987.059.708-49

  
NELSON OHARA  
Diretor Superintendente  
CPF 046.757.468-53

  
MARCIO DA SILVA MOURA  
Contador CRC 1SP184074/O-8  
CPF 987.059.708-49

DESCRICAÇÃO	R\$ mil		Exercício 2017	Exercício 2018	Variação %
	Exercício 2017	Exercício 2018			
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>			<b>244.709</b>	<b>253.721</b>	<b>3,68%</b>
<b>1. Adições</b>			<b>23.820</b>	<b>15.788</b>	<b>-33,72%</b>
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	23.820	15.788			-33,72%
<b>2. Destinações</b>			<b>-14.808</b>	<b>-28.554</b>	<b>92,83%</b>
(-) Benefícios	-11.464	-16.074			40,21%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-3.344	-12.480			273,21%
<b>3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>			<b>9.012</b>	<b>-12.766</b>	<b>-241,66%</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	-2.206	773			-135,04%
(+/-) Fundos Previdenciais	65.361	-3.964			-106,06%
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	-54.143	-9.575			-82,32%
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>			<b>253.721</b>	<b>240.955</b>	<b>-5,03%</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>			<b>22.955</b>	<b>20.853</b>	<b>-9,16%</b>
(+/-) Fundos Administrativos	22.955	20.853			-9,16%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

  
NELSON OHARA  
Diretor Superintendente  
CPF 046.757.468-53

  
MARCIO DA SILVA MOURA  
Contador CRC 1SP184074/O-8  
CPF 987.059.708-49

  
NELSON OHARA  
Diretor Superintendente  
CPF 046.757.468-53

  
MARCIO DA SILVA MOURA  
Contador CRC 1SP184074/O-8  
CPF 987.059.708-49

SOMUUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada  
Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98  
DFT - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

DESCRICAÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação %
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4)</b>	<b>241.266</b>	<b>253.977</b>	<b>-5,00%</b>
1. Provisões Matemáticas	71.480	70.707	1,09%
1.1 Benefícios Concedidos	71.480	70.707	1,09%
Benefício Definido	71.480	70.707	1,09%
2. Equilíbrio Técnico	22.269	31.844	-30,07%
2.1 Resultados Realizados	22.269	31.844	-30,07%
Superávit Técnico Acumulado	22.269	31.844	-30,07%
Reserva de contingência	12.702	12.784	-0,64%
Reserva para revisão de Plano	9.567	19.060	-49,81%
3. Fundos	147.206	151.170	-2,62%
3.1 Fundos Previdenciais	147.206	151.170	-2,62%
4. Exigível Operacional	311	256	21,48%
4.1 Gestão Previdencial	311	256	21,48%
5. Exigível Contingencial	16.470	3.344	392,52%
5.1 Gestão Previdencial	16.470	3.344	392,52%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



NELSON OHARA  
Diretor Superintendente  
CPF 046.757.468-53



MARCIO DA SILVA MOURA  
Contador CRC 1SP184074/O-8  
CPF 987.059.708-49

SOMUUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada  
Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98  
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

DESCRICAÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação %
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>22.955</b>	<b>24.114</b>	<b>-4,81%</b>
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.357	2.250	-39,69%
1.1. Receitas	1.357	2.250	-39,69%
Resultado Positivo dos Investimentos	1.357	2.250	-39,69%
2. Despesas Administrativas	-3.459	-3.409	1,47%
2.1. Administração Previdencial	-407	-439	-7,29%
Pessoal e encargos	-274	-262	4,58%
Viagens e estadias	-1	0	0,00%
Serviços de terceiros	-103	-146	-29,45%
Despesas gerais	-28	-30	-6,67%
Depreciações e amortizações	-1	-1	0,00%
2.2. Administração dos Investimentos	-3.052	-2.970	2,76%
Pessoal e encargos	-2.457	-2.370	3,67%
Treinamento/congressos e seminários	-17	-19	-10,53%
Viagens e estadias	-7	-12	-41,67%
Serviços de terceiros	-314	-299	5,02%
Despesas gerais	-251	-264	-4,92%
Depreciações e amortizações	-6	-6	0,00%
4. Sobre da Gestão Administrativa (1-2-3)	-2.102	-1.159	81,36%
5. Contituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	-2.102	-1.159	81,36%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	20.853	22.955	-9,16%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



NELSON OHARA  
Diretor Superintendente  
CPF 046.757.468-53



MARCIO DA SILVA MOURA  
Contador CRC 1SP184074/O-8  
CPF 987.059.708-49



**SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**  
Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP  
C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98  
Notas explicativas as demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

### 1. Contexto operacional

A **SOMUPP-Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada**, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos, com finalidades previdenciais, com autonomia administrativa e financeira. Seu funcionamento foi autorizado através da Portaria N° 3.398 de 07/01/85 do Ministério da Previdência Social, publicada no Diário Oficial da União de 09/01/85, tendo iniciado suas atividades em 15/05/85. Em 23/12/94, conforme Portaria N° 1.716 do Ministério da Previdência Social, publicada no Diário Oficial da União em 26/12/94, passou a ser uma Entidade Multipatrocinada.

As atividades da **SOMUPP-Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada** são regidas pela Lei Complementar N° 109, publicada no D.O.U. em 30/05/01

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como objetivo principal a concessão de benefícios suplementares e/ou assemelhados aos da Previdência Social, aos seus Participantes e Beneficiários.

#### 1.1. Patrocinadoras

A Entidade tem como patrocinadores conveniados:

- Promissor S. A. - Administração e Corretagens de Seguros;
- Associação de Assistência Mútua à Saúde SBC

### 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, através da Resolução CNPC N° 8, de 31/10/11, alteradas pelas Resoluções CNPC N° 12, de 19/08/13, e CNPC N° 16, de 19/11/14, que determinam a utilização de plano de contas específico e a apresentação em milhares de Reais.

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi aprovada pela Administração em 5 de fevereiro de 2019.

### 3. Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas não considerando os efeitos inflacionários ocorridos durante os exercícios de 2018 e 2017.

3.1. As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com base no julgamento

**SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**  
Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP  
C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98

Notas explicativas as demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

### 3.2. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais.

### 3.3. Ativo realizável - fluxo dos investimentos

Registram-se as aplicações dos recursos do único Plano de Benefícios, obedecendo aos limites e critérios determinados em legislação pertinente, classificados como segue:

#### I. Renda fixa

Considerando as disposições da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC n° 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

**Títulos para negociação** - Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. São avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos nas operações do período; e

**Títulos mantidos até o vencimento** - Quando a intenção da Administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A receita com títulos de renda fixa, as rendas / variações positivas e deduções / variações negativas da carteira são apropriadas mensalmente em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

### II. Investimentos imobiliários

São registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustados pelo valor das reavaliações a valor de

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA  
 Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP  
 C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

mercado efetuadas, a cada três anos, conforme determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e deduzida da depreciação,

calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil de cada bem, estabelecido nos laudos de avaliação.

### 3.4. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Entidade são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição, às seguintes alquotas anuais:

Descrição	Taxa
Edificações	2%
Imobilizado	
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10% - 25%
Veículos	20%
Computadores e periféricos	20%

### 3.5. Exigível operacional

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variação monetários incorridos.

### 3.6. Exigível contingencial

É constituído pela Administração de acordo com a avaliação de riscos elaborada pela assessoria jurídica na data do balanço, nos processos de natureza cível nos quais a Entidade figura como ré.

### 3.7. Provisão de férias e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

### 3.8. Patrimônio social - provisões matemáticas

*Nota*

40

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA  
 Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP  
 C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

São determinadas segundo cálculos efetuados por atuário externo, contratado pela Entidade, e representam os compromissos previdenciais assumidos com os participantes assistidos e beneficiários. As provisões relativas a benefícios

concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios futuros de participantes, em gozo de aposentadoria ou pensão, líquido das respectivas contribuições futuras.

### 3.9. Apurações de resultado

O resultado das operações é registrado pelo regime contábil de competência.

### 3.10. Receitas administrativas

Atendendo às determinações legais contidas na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas, oriundas do Plano Anual de Custeio da Entidade são transferidas do Plano de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa - PGA.

### 4. Posição dos títulos mobiliários componentes da carteira de investimentos

Em cumprimento ao disposto na Resolução CGPC Nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC Nº 22, de 25 de setembro de 2006:

Posição dos Títulos e Valores Mobiliários Para Negociação em 31/12/2018:

Tipo	Emissor	Natureza	Vencimento	Parâmetro	Valor
LFT	Tesouro Nacional	Público	01/03/19	Selic	189.191
LFT	Tesouro Nacional	Público	01/09/21	Selic	88.297
Outros a pagar					(28)
Total					<u>277.460</u>

### 5. PROCESSOS DE RETIRADAS DE PATROCÍNIO

*Nota*

*PA*

**SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**  
 Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP  
 C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98  
 Notas explicativas as demonstrações contábeis  
 Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

**5.1. PROCESSO DE RETIRADA DAS PATROCINADORAS**

No dia 02/09/16, as Patrocinadoras "Promissor S/A - Administração e Corretagens de Seguros" e a "Associação de Assistência Mútua à Saúde SBC", apresentaram pedidos de retirada de patrocínio, informando que "a decisão está amparada na inexistência de participantes ativos, na exiguidade da massa de assistidos e, como colorário, na dificuldade crescente de prover os assentos nos órgãos de administração da SOMUPP."

O Processo de Retirada foi enviado para aprovação pela Previc no dia 26/04/17.

Durante o andamento do Processo junto à Previc, no dia 23/02/18, recebemos das Patrocinadoras, correspondências comunicando a desistência da retirada de patrocínio, reiterando, dessa forma, entendimentos anteriores, em lugar de retirar o patrocínio, estavam inclinados a criar um plano de benefícios, moderno e flexível, estruturado na modalidade de Contribuição Definida na própria SOMUPP, e promover a migração de assistidos e beneficiários egressos do Plano de Benefício Definidos, que seriam suficientes para afastar os efeitos indesejáveis da exiguidade e da elevada idade média da massa de participantes que nortearam o pedido de retirada, notadamente dos riscos atuarial e a transferência intergeracional de riqueza.

Dessa forma, solicitamos o cancelamento do Processo de Retirada das Patrocinadoras junto à Previc em 26/02/18.

No dia 13/03/18, recebemos da Previc o DESPACHO do Processo nº 44011.003720/2017-20, datado de 28/02/18, deferindo o requerimento de cancelamento do Processo de Retirada das Patrocinadoras.

**5.2. PROCESSO DE RETIRADA DA PROMISSOR S/A - ADMINISTRAÇÃO E CORRETAGENS DE SEGUROS**

No dia 31/07/18, recebemos da Patrocinadora "Promissor S/A - Administração e Corretagens de Seguros", novo pedido de retirada de patrocínio, fundamentada no disposto no item 3 do Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado em 29/09/1994.

O Processo de Retirada foi enviado para aprovação pela Previc no dia 21/12/18.

**6. Demonstrativo da composição consolidada do exigível atuarial**

*Nota*

**SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**  
 Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP  
 C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98  
 Notas explicativas as demonstrações contábeis  
 Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Foram constituídas com base no Parecer do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/C Ltda., e representam compromissos, assim demonstrados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Benefícios Concedidos	71.480	70.707
Benefícios a Conceder	-	-
<b>Total do exigível atuarial</b>	<b>71.480</b>	<b>70.707</b>

A partir de dezembro de 2013 passamos a adotar a tábua de mortalidade AT-2000, suavizada em 10% e, a partir de dezembro de 2016, alteramos a taxa anual de juros da meta atuarial de 3,63% para 4,32% e, a partir de dezembro de 2017, alteramos a taxa anual de juros da meta atuarial de 4,32% para 4,39%.

**7. Demonstrativo da composição consolidada da carteira de investimentos**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Renda fixa	277.460	279.771
Quotas do FIF Monte Carlo Beta	277.460	279.771
Investimentos imobiliários	626	639
Edificações	626	639
<b>Total</b>	<b>278.086</b>	<b>280.410</b>

**8. Objetivos e critérios utilizados para constituição e reversão de fundos**

a) O Fundo Para Revisão do Plano foi constituído para suportar o pagamento do superávit acumulado.

b) Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo foi constituído para custear as despesas administrativas do Plano de Gestão Administrativa.

**9. Custeio das despesas administrativas**

As despesas administrativas do Plano de Gestão Administrativa são custeadas pelos recursos alocados no Fundo Administrativo.

*Nota*

**10. Transferência do fluxo de investimentos para a gestão previdencial**

Os resultados líquidos do Fluxo de Investimentos foram transferidos para a Gestão Previdencial.

**11. Investimento imobiliário**

Em cumprimento ao disposto no item 19.h. da Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, com nova redação dada pela Instrução MPS/Previc nº 15 de 12/11/14, a Entidade procedeu à reavaliação de edificações para uso próprio, constituída pelos conjuntos números 13 e 14 da Avenida Pedroso de Moraes, 631, 1º andar. Foi contratada a empresa Amaral D'Avila Engenharia de Avaliações cujo Laudo de Avaliação, com data base em julho de 2.017, estipulou vida útil remanescente de 35 anos e avaliou em R\$ 315 e R\$ 325 os conjuntos números 13 e 14, respectivamente. O laudo de avaliação foi analisado e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, na reunião extraordinária realizada no dia 22/12/2017, bem como reconhecido contabilmente o seu resultado no balancete de dezembro de 2.017.

**12. Partes relacionadas**

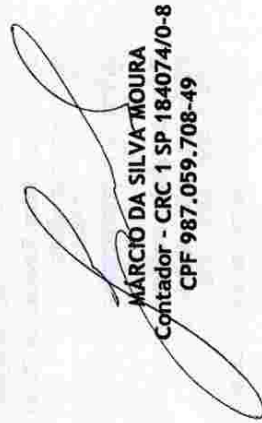
A Entidade não realizou transações com partes relacionadas nos exercícios de 2018 e 2017.

**13. Eventos Subsequentes**

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.



**NELSON OHARA**  
 Diretor Superintendente  
 CPF 046.757.468-53



**MARCIO DA SILVA MOURA**  
 Contador - CRC 1 SP 184074/0-8  
 CPF 987.059.708-49

**PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2018  
 DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL – DA 2018**

Entidade:  
**SOMUPP – SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

Plano de Benefícios:  
**PLANO DE BENEFÍCIOS COOPERCOTIA**

CNPB N°:  
**1985.0002-29**

Patrocinadoras:

1. ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÚTUA À SAÚDE – SBC
2. PROMISSOR S.A. – ADMINISTRAÇÃO E CORRETAGEM DE SEGUROS

Data-Base do Cadastro:  
**31/12/2018**

**1. DO OBJETIVO**

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais em 31/12/2018 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento do plano.

Os resultados da avaliação estão consignados no BALANÇO PATRIMONIAL encerrado em 31/12/2018 e na DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA 2018).

**2. DO PLANO DE BENEFÍCIOS**

O PLANO DE BENEFÍCIOS COOPERCOTIA teve início de vigência em 15/05/1985 e encontra-se atualmente bloqueado a novas adesões de Participantes.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, através do Ofício nº 3302/SPC/DETEC/CGAT, de 06/11/2009 e da Portaria MPS/SPC/DETEC Nº 3143, de 06/11/2009 – DOU de 09/11/2009.

**3. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO**

O plano assegura os benefícios de Suplementação da Aposentadoria por Tempo de Serviço, Suplementação da Aposentadoria por Idade, Suplementação da Aposentadoria por Invalidez e Suplementação da Pensão por Morte, estruturados na modalidade de BENEFÍCIO DEFINIDO e financiados pelo regime financeiro de CAPITALIZAÇÃO INTEGRAL.

**4. DA BASE CADASTRAL**

O PLANO DE BENEFÍCIOS COOPERCOTIA foi avaliado atuarialmente sobre o cadastro de Assistidos e Pensionistas, fornecido pela Entidade e posicionado na data-base de 31/12/2018.

A população segurada pelo plano está composta de 56 Assistidos e 75 Pensões, não existindo nenhum Participante Ativo, cuja síntese dos cadastros posicionados em 31/12/2017 e em 31/12/2018 está conforme segue:

Base Cadastral	31/12/2017	31/12/2018
Quantidade de Participantes Ativos	- o -	- o -
Quantidade de Assistidos	134	131
Quantidade de Aposentadorias	61	56
Nº de Aposentadorias por Tempo de Serviço	51	47
Suplementação média	R\$ 5.350,30	R\$ 5.423,69
Idade média	83,65 anos	84,47 anos
Nº de Aposentadorias por Idade	4	3
Suplementação média	R\$ 2.407,61	R\$ 2.740,01
Idade média	89,25 anos	90,33 anos
Nº de Aposentadorias por Invalidez	6	6
Suplementação média	R\$ 2.841,92	R\$ 2.920,35
Idade média	69,33 anos	70,33 anos
Nº de Pensões	73	75
Suplementação média	R\$ 2.894,57	R\$ 3.084,78
Idade média	76,92 anos	78,13 anos

**5. DA "DURATION" DO PASSIVO**

A "Duration" do passivo corresponde a 7,77 anos e representa o prazo médio dos pagamentos de benefícios ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

A "Duration" consta da Planilha DPAP 2018.



**6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS**

Os benefícios estão estruturados na modalidade de BENEFÍCIO DEFINIDO e os compromissos atuariais estão determinados pelo regime financeiro de CAPITALIZAÇÃO INTEGRAL, incluindo a reversão da Aposentadoria em Pensão, em caso de morte do Assistido.

As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS, dos Assistidos e Beneficiários Pensionistas, dado que o plano não possui Participante Ativo.

Em relação ao Exercício de 2017 houve alteração da Taxa Real de Juros, reduzindo de 4,39% para 4,19% ao ano, conforme indicado no Estudo de Aderência da Taxa de Juros, elaborado pela "PPS Portfolio Performance".

**6.1. Premissas e Hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial:**

**6.1.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):**

**VALOR: IPCA (IBGE)**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **3,94%** (Relatório Focus de 01 de fevereiro de 2019)

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **3,74%**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **4,04%**

Divergência entre esperado e ocorrido: A quantidade esperada correspondia à expectativa do Banco Central do Brasil, no início do exercício de 2018.

Justificativa: Conjuntura Econômica.

**6.1.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS**

**VALOR: 4,19%**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **4,19%**.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **2,46%**.

Quantidade esperada no exercício encerrado: **4,39%**.

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica. O ativo do plano apresentou no exercício uma rentabilidade de 6,29%.

Justificativa: A Entidade promoveu Estudo Técnico para comprovar a aderência da taxa real anual de juros para o Exercício de 2018, que está disponível para conhecimento dos participantes, patrocinadoras e do órgão fiscalizador.



**6.1.3. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS**

**VALOR: AT 2000, SUAVIZADA EM 10%.**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,20**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,18**

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

**Justificativa:** A Entidade promoveu Estudo Técnico sobre a Aderência da Tábua de Mortalidade AT 2000, suavizada em 10%, comprovando total adequação ao universo segurado. O estudo está disponível para conhecimento dos participantes, patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

**6.1.4. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL**

**VALOR: AT 2000, SUAVIZADA EM 10%.**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **6,92**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **6**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **6,63**

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

**Justificativa:** A Entidade promoveu Estudo Técnico sobre a Aderência da Tábua de Mortalidade Geral, AT 2000, suavizada em 10%, comprovando total adequação ao universo segurado. O estudo está disponível para conhecimento dos participantes, patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

**6.2.**

Premissas e Hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

- 6.2.1. Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo dos Benefícios do INSS
- 6.2.2. Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo dos Salários
- 6.2.3. Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade
- 6.2.4. Hipótese de Entrada em Aposentadoria
- 6.2.5. Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas
- 6.2.6. Hipótese sobre Gerações Futuras de novos entrados
- 6.2.7. Hipótese sobre Rotatividade (percentual)
- 6.2.8. Projeção de Crescimento Real de Salário
- 6.2.9. INSS
- 6.2.10. Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano
- 6.2.11. Tábua de Entrada em Invalidez
- 6.2.12. Tábua de Morbidez

**7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

A Avaliação Atuarial determinou o valor das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, cujo resultado segue abaixo.

Desta forma, o Patrimônio Social no encerramento dos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2018, está composto conforme segue:

Descrição	Valores em Reais:		Variação %
	31/12/2017	31/12/2018	
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>276.675.796,03</b>	<b>261.807.346,31</b>	<b>-5,37%</b>
Patrimônio de Cobertura do Plano	102.550.602,87	93.748.221,43	-8,58%
Provisões Matemáticas	70.706.959,41	71.479.635,66	1,09%
Benefícios Concedidos	70.706.959,41	71.479.635,66	1,09%
Benefício Definido Estruturado em regime de Capitalização	70.706.959,41	71.479.635,66	1,09%
Valor Atual dos benefícios futuros programados – Assisted	40.005.314,44	37.473.043,82	-6,33%
Valor Atual dos benefícios futuros não programados – Assisted	30.701.643,97	34.006.591,84	10,76%
Benefícios a Conceder	0,00	0,00	0,00%
Equilíbrio Técnico	31.843.644,46	22.268.585,77	-30,07%
Reserva de Contingência	12.783.818,08	12.701.931,26	-0,64%
Reserva Especial para Revisão de Plano	19.059.826,38	9.586.654,51	-49,81%
Fundos	174.125.155,16	166.059.124,88	-3,48%
Fundos Previdenciais	151.170.209,63	147.206.045,58	-2,62%
Revisão de Plano	151.170.209,63	147.206.045,58	-2,62%
Assisted	151.170.209,63	147.206.045,58	-2,62%
Previsão em NTA - Oscilação de Riscos	0,00	0,00	0,00%
Fundos Administrativos	22.954.945,53	20.853.079,30	-4,81%

**8. DO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO**

Conforme planilha DPAP 2018, disponibilizada pela PREVIC, e preenchida pela Entidade, o plano de benefícios não possui Títulos mantidos até o vencimento, portanto não há Ajuste de Precificação a ser contemplando neste encerramento de Exercício.

**9. DO PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO**

Uma vez que a PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS está integralmente constituída e coberta pelo PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO, apresentando ainda um Excedente Patrimonial, os Assistentes, os Beneficiários Pensionistas e as Patrocinadoras, nada contribuem.

**9.1. VARIACÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS**

A variação da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS decorreu em função da redução da taxa real anual de juros de 4,39% para 4,19%, pelo reajuste monetário dos benefícios, pelo cancelamento de um benefício de aposentadoria sem a reversão do benefício em pensão por morte, pelo falecimento de assistidos com a consequente inclusão de pensionistas, falecimento de uma pensionista e pelo envelhecimento da massa.

**9.2. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS**

Não há. O contingente assegurado pelo plano é constituído somente de Assistentes e Pensionistas. O ativo garantidor da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS assegura a solvência e a liquidez.

O plano vem apresentando um excedente patrimonial há vários exercícios e a Provisão Matemática está determinada com premissas e hipóteses, financeiras, demográficas e econômicas, totalmente adequadas que anulam qualquer risco atuarial.

**9.3. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA**

O plano não apresenta insuficiência patrimonial.

**10. DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR E CONTRATOS**

Não há Provisões Matemáticas a Constituir ou Contratos.

**11. DO FUNDO PREVIDENCIAL DE DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO**

Em Fundos Previdenciais – REVISÃO DE PLANO estão constituídos os valores atribuíveis aos Assistentes, relativos à destinação da reserva especial dos triênios de 2011 a 2013 e de 2014 a 2016, conforme explicitados a seguir:

11.1. Os valores referentes à distribuição da Reserva Especial do triênio 2011 a 2013, continua sendo efetuado conforme o cronograma aprovado pela Diretoria Executiva em reunião realizada no dia 29/12/2014, e pelo Conselho Deliberativo em reunião extraordinária realizada no dia 30/01/2015.



11.2. Em relação ao valor da Reserva Especial referente ao triênio de 2014 a 2016, cujo valor em 31/12/2016 era de R\$ 72.680.291,95, houve a deliberação do Conselho Deliberativo sobre a sua distribuição, conforme Ata da Reunião Extraordinária, realizada em 22/12/2017.

A distribuição teve início no exercício de 2018 e serão pagas, anualmente, 4 (quatro) parcelas mensais nos meses de janeiro, abril, julho, e outubro, até o final do ano de 2024, sendo R\$ 1.211.703,98 o valor da parcela mensal a ser paga aos Assistentes e Pensionistas, corrigida pelo IPCA/IBGE até o mês anterior ao do pagamento. O valor corrigido está sendo distribuído entre os Assistentes e Pensionistas, proporcionalmente às reservas matemáticas individuais do mês anterior ao do pagamento. O saldo remanescente será pago no mês de setembro de 2025.

Portanto, na rubrica FUNDOS PREVIDENCIAIS - REVISÃO DE PLANO o saldo em 31/12/2018 é de R\$ 147.206.045,58.

A utilização da reserva especial será interrompida e os fundos previdenciais serão revertidos total ou parcialmente para recompor a reserva de contingência ao patamar estabelecido, quando for inferior ao montante apurado a título de reserva de contingência.

**12. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO****12.1. Qualidade da base cadastral**

A base cadastral está em conformidade. Através de análise comparativa e totalizadores de quantidades e de valores, o cadastro apresentou-se consistente em relação ao exercício anterior.

**12.2. Constituição dos Fundos Previdenciais**

Não há constituição do FUNDO DE COBERTURA DE OSCILAÇÃO DE RISCOS.

**12.3. Variação do Resultado Superavitário**

O PATRIMÔNIO SOCIAL em 31/12/2018 de R\$ 261.807.346,31, dá cobertura integral aos compromissos atuariais, apresentando um resultado superavitário consignado na rubrica EQUILÍBRIO TÉCNICO de R\$ 22.268.585,77, sendo R\$ 12.701.931,26 consignados na rubrica RESERVA DE CONTINGÊNCIA e R\$ 9.566.654,51 em RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO, demonstrando solvência e liquidez.

A RESERVA DE CONTINGÊNCIA sofreu um decréscimo em razão da aplicação do limite estabelecido pela Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015, ou seja, [10% + 1% x duração do passivo], passando de 18,08% para 17,77% sobre o valor da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS.



O decréscimo no valor da RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO deve-se, principalmente, ao reforço do Exigível Contingencial, para cobertura de eventuais perdas decorrentes de ações judiciais.

**12.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural**

O resultado superavitário foi conjuntural.

**12.5. Soluções para equacionamento do Déficit Técnico**

Não há Déficit Técnico.

**12.6. Adequação dos métodos de financiamento**

O método de financiamento está adequado.

**12.7. Outros fatos relevantes**

**12.7.1.** Em 21/12/2018 a Entidade protocolou junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, o Processo de Rescisão de Convênio de Adesão e Retirada Parcial de Patrocínio (Processo SEI nº 44011.007887/2018-41) da Patrocinadora PROMISSOR S.A. – ADMINISTRAÇÃO E CORRETAGEM DE SEGUROS.

**12.7.2. Aderência das Premissas e Hipóteses utilizadas**  
O Estudo Técnico sobre a Aderência das hipóteses biométricas, demográficas, comprovando a adequação e aderência, elaborado em dezembro/2017 tem validade máxima de 3 (três) anos, a contar da data de sua realização.

Em relação ao Parecer Conclusivo do Estudo Técnico que visa a Adequação e Aderência da Taxa Real Anual de Juros, datado de janeiro/2019 e emitido por nossa empresa, comprovando a convergência da Taxa Real Anual de Juros, o mesmo foi consubstanciado no "Estudo de Aderência da Taxa Real Anual de Juros SOMUPP", elaborado pela "PPS Portfolio Performance". O Estudo tem periodicidade anual.


Os estudos estão disponíveis para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

**12.7.3. Taxa de Juros Parâmetro**

A Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, disposta na Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, divulgada pela Portaria nº 363, de 26 de abril de 2018, para o Exercício 2018, considerando a "duration" do passivo, constante da Planilha DPAP 2017, enviada à PREVIC, está conforme segue:

<i>Duration</i>		
Taxa de Juros Parâmetro	Limite Inferior	Limite Superior
5,99% a.a.	4,19% a.a.	6,39% a.a.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

  
Magda Tsuê Massimoto Ardissou  
Atuária – MIBA 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ACESSORIA ATUARIAL S. S. LTDA.



SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, no cumprimento de suas obrigações legais e estatutárias, declara haver procedido ao exame do Relatório de Atividades de 2.018, dos Balanços Patrimoniais em 31/12/2.018 e 31/12/2.017, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, da Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, da Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, e das Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2.018 e 2.017, tendo concluído, com base nesse exame e no Parecer da Cokinós Auditores e Consultores e no Parecer Atuarial e Demonstração Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda, que referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Entidade. Assim, por seus membros, abaixo assinados, o Conselho Fiscal recomenda que os citados documentos sejam aprovados pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2.019

  
HIROSHI NISHIOKA

  
TADAO SENDA

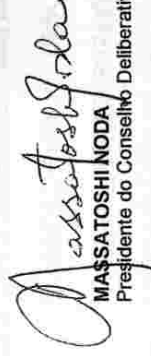
  
ALEXANDRE NOZAWA BRITO

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, no cumprimento de suas obrigações legais e estatutárias, após ter examinado o Relatório de Atividades de 2.018, os Balanços Patrimoniais em 31/12/2.018 e 31/12/2.017, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, e as Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2.018 e 2.017, devidamente acompanhados do Parecer da Cokinós Auditores e Consultores, do Parecer Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberou por aprovar, por unanimidade, os atos e contas relativos ao exercício de 2.018.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2.019

  
MASSATOSHI NODA  
Presidente do Conselho Deliberativo

  
SHIMHATIRO HASHIZUME

  
DEMEURE BRITO

## 1. APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimento 2019-2023 do Plano BD, administrado pela SOMIUPP, tem como objetivos:

- a) Estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada;
- b) Dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

## 2. SOBRE A ENTIDADE

A SOMIUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída na forma da legislação pertinente em vigor, de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária. Responsável pela gestão e administração do Plano de Benefícios Cooperotia, com benefício definido.

## 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS

A estrutura de governança de investimentos destina-se a distribuir competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas a objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão de cada instância.

### 3.1. Conflitos de Interesse

O critério para definição de conflito de interesses adotado pela EFPC na gestão dos investimentos está descrito no art. 12, parágrafo único, da Res. CMN nº 4.661/18:

*"O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do plano administrado pela EFPC independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo."*

## 4. PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

No relacionamento com prestadores de serviços, a EFPC estabelece critérios e a serem observados nas fases de seleção, monitoramento e avaliação.

1

## 5. DIRETRIZES GERAIS PARA PROCEDIMENTOS DE INVESTIMENTOS

A avaliação, gerenciamento e acompanhamento do risco e retorno das carteiras próprias e administradas será executada de acordo com a legislação e com as diretrizes estabelecidas na presente política de investimentos.

Os investimentos realizados pela EFPC, em carteira própria, administrada ou em fundos exclusivos devem ser objeto de análise prévia, considerando os correspondentes riscos e as suas garantias reais ou fidejussórias, se existentes.

## 6. SOBRE O PLANO

A presente política de investimentos considera a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e demais características sintetizadas a seguir. Deste modo, a construção da carteira visa a compatibilizar a alocação em ativos com fluxos de pagamento compatíveis com prazos e o montante das obrigações, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do plano.

## 7. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – ESTRATÉGIA E METODOLOGIA

A Resolução CMN 4.661/2018 estabelece que os planos devem definir em sua política a alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação. Segundo o Guia PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos, os limites máximos e mínimos planejados de cada um dos segmentos e modalidades de investimentos na vigência da política de investimento devem ser efetivamente representativos da estratégia de alocação de cada plano de benefícios, portanto mais restritivos que a legislação vigente.

## 8. LIMITES

Na aplicação dos recursos, o plano observa os limites estabelecidos por esta Política de Investimento e pela Resolução CMN nº 4.661/2018 e alterações posteriores, conforme tabelas abaixo.

### 8.1. Limite de alocação por segmento

ART.	INCISO	ALÍNEA	MODALIDADES DE INVESTIMENTO	LIMITES	
				LEGAL	POLÍTICA
21	I	a	Renda Fixa	100%	100%
			Títulos da dívida pública mobiliária federal interna ETF renda fixa composto títulos da dívida pública mobiliária federal interna	100%	100%
		b		100%	100%

2

II	a	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	80%
	c	ETF Renda Fixa	80%

ART.	INCSO	ALÍNEA	LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR	
			LEGAL	POLÍTICA
27	I	-	100%	100%
	II	-	20%	20%
	III	-	10%	0%

Durante a vigência desta Política de Investimento, somente títulos públicos federais poderão ser adquiridos pelos gestores. Poderão ser realizadas também operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, além de se manter valores depositados em conta corrente até o limite de garantia do FGC.

## 9. APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A metodologia para apuração deve observar as possíveis classificações dos ativos adotados pela EFPC (para negociação ou mantidos até o vencimento), observado adicionalmente o disposto na Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018.

## 10. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE INVESTIMENTO

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.661/2018, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. Da mesma forma, o GUIA PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos sugere diversos controles que devem ser levados em consideração quando da análise dos investimentos.

### 10.1. Risco de Mercado

Segundo o ART. 10 da Resolução CMN nº 4.661/2018, as Entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

3

## 10.2. Risco de Crédito

Entende-se por risco de crédito aquele risco que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos.

### Análise dos emissores

Nos investimentos em que a contraparte seja o principal pilar para a análise do risco da operação, é importante analisar aspectos financeiros (capacidade de pagamento), histórico de atuação, governança, controle acionário, setoriais, impactos políticos (se existir), aspectos legais da emissão como índices financeiros (cobertura, alavancagem e outros).

### 10.2.1. Abordagem Quantitativa

A Entidade poderá utilizar, entre outros instrumentos, para essa avaliação os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

RATING MÍNIMO PARA CLASSIFICAÇÃO COMO GRAU DE INVESTIMENTO (POR AGÊNCIA, PRAZO E MODALIDADE DE APLICAÇÃO) – ESCALA BRASILEIRA		
Agência de Classificação de Risco	Emissões Bancárias	Outras Emissões
Fitch Ratings	BBB-(bra)	BBB-(bra)
Moody's	Baa3.br	Baa3.br
Standard & Poor's	brBBB-	brBBB-

Os investimentos que possuírem rating igual ou superior às notas indicadas na tabela serão classificados como Grau de Investimento.

### 10.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez envolve a avaliação de potenciais perdas financeiras decorrentes da realização de ativos a preços abaixo daqueles praticados no mercado, efetuada para cumprir obrigações de pagamentos de benefícios aos participantes.

### 10.4. Risco Operacional

O Risco Operacional caracteriza-se como "a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos". A gestão será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável.

4

### 10.5. Risco Legal

O risco legal está relacionado à não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de atuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

### 10.6. Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

### 10.7. Risco relacionado à sustentabilidade

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental.

#### 1. Recursos Garantidores das Reservas Técnicas do Plano de Benefícios.

Itens	Plano	PGA	TOTAL
(+) Total dos Investimentos:	257.070.574,62	21.015.768,74	278.086.343,36
(+) Disponível	-	4.952,49	4.952,49
(-) Exigível Operacional	310.682,81	186.542,16	497.224,97
Recursos Garantidores	256.759.891,81	20.833.779,07	277.593.670,88

OBS.: PGA = Plano de Gestão Administrativa

#### 2. Investimentos por Segmentos em Relação aos Recursos Garantidores.

Segmentos	Plano		PGA		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Renda Fixa	256.444.440,95	99,88	21.015.768,74	100,87	277.460.209,69	99,95
Imóveis	626.133,67	0,24	-	-	626.133,67	0,23
Total	257.070.574,62	100,12	21.015.768,74	100,87	278.086.343,36	100,18

a) Não temos aplicações em "Renda Variável" e "Empréstimos e Financiamentos".

b) Os percentuais são em relação aos Recursos Garantidores.

c) Renda Fixa: Administração Tercarizada

d) Imóveis: Administração Própria.

#### 3. Ligagem das Aplicações e Gestão Tercarizada

1.1. Renda Fixa (Fundos)	PLANO		PGA		TOTAL		Gestor do Fundo
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	Participação % Total	Tercarizado	
1. FI - RF Monte Carlo Beta	256.444.440,95	21.015.768,74	277.460.209,69	99,77	100,00	100,00	Itaú Unibanco S/A
3.2. Imóveis Conjuntos Ed. Vitória Center	626.133,67	-	626.133,67	0,23	-	-	
3.3. Total	257.070.574,62	21.015.768,74	278.086.343,36	100,00	100,00	100,00	

#### 4. Rentabilidades comparadas com a Taxa Atuarial ( em % )

Segmentos	Rentabilidade		(e) Taxa	
	Plano e PGA	Atuarial	Atuarial	Rentabilidade/ Taxa Atuarial
Renda Fixa	6,29	8,21	8,21	76,61
Imóveis	10,62	8,21	8,21	129,35
Total	6,29	8,21	8,21	76,61

a) Taxa Atuarial : IPCA + 4,39% ao ano.

A partir de dez/18 passou a ser IPCA + 4,19% ao ano.

INFORMAÇÕES SEGREGADAS DE DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS  
EXERCÍCIO - 2018

1 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS	Programas		TOTAL
	Previdencial	Investimentos	
PESSOAL E ENCARGOS	273.505,59	2.457.424,76	2.730.930,35
GASTOS GER./MATERIAIS	29.199,86	280.837,28	310.037,14
Água/luz/telefone	839,92	7.559,43	8.399,35
Aluguéis	7.680,00	69.120,00	76.800,00
Cofins	5.426,38	48.837,51	54.263,89
Condomínio	1.672,20	15.049,63	16.721,83
Condições	780,43	4.487,81	5.268,24
Depreciação e Amortização	673,15	6.057,89	6.731,04
Impostos e taxas	3.062,06	27.559,56	30.621,62
Jornais e revistas	584,77	3.898,05	4.482,82
Lanches e refeições	436,77	4.651,89	5.088,66
Material Expediente	476,72	4.290,39	4.767,11
Pis	881,78	7.938,09	8.819,87
Seminários e Viagens	439,45	24.057,93	24.497,38
Outros Gastos	6.266,23	57.331,10	63.597,33
SERVIÇOS TERCEIROS	103.080,19	314.415,43	417.495,62
Assessoria atuarial	68.811,76	-	68.811,76
Assessoria jurídica	9.079,12	81.711,92	90.791,04
Auditoria externa	2.131,68	19.185,12	21.316,80
Consultoria Financeira	11.486,65	109.379,76	120.866,41
Serviços Contábeis	10.307,94	92.771,46	103.079,40
Outros Gastos	1.263,04	11.367,17	12.630,21
TOTAL GERAL	405.785,64	3.052.677,47	3.458.463,11

As despesas são apropriadas diretamente ou através de rateio aos Programas.

2 - DESPESAS DE GESTÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS

DESPESAS	VALOR
Taxa de Administração	277.320,48
Taxa de Auditoria	6.231,85
Taxa de ANBID	4.482,00
Taxa da SELIC	7.610,68
Taxa da CETIP	21.796,80
Taxa de CVM	36.088,64
Outras Despesas	319,88
TOTAL	353.850,33

Nota: 1 - Correspondem aos valores debitados nos respectivos Fundos de Investimentos.  
2 - A taxa de custódia está incluída dentro da Taxa de Administração.